



AGRICULTURA E MAR

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Despacho n.º 1104/2020

Sumário: Designa, em regime de substituição, o licenciado José Eduardo Mendes Reis, para o cargo de chefe de divisão de Assuntos Jurídicos e de Contencioso, da Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Considerando a reorganização da Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, nos termos do Despacho n.º 1102/2020, de 24 de janeiro.

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento das respetivas unidades flexíveis, até à nomeação de titulares recrutados por procedimento concursal;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Assim:

1 — Nos termos do artigo 27.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo, em regime de substituição, o Licenciado José Eduardo Mendes Reis, no cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e de Contencioso.

2 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2020.

17 de janeiro de 2020. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: José Eduardo Mendes Reis

I — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusófona do Porto (2009);

Pós-graduação em Direito da Contratação Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Instituto Europeu (2014);

Pós-graduação em Ciência da Legislação e Legística, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (2016);

Pós-Graduação em Justiça Administrativa e Fiscal, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2017);

Pós-Graduação em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Instituto Europeu (maio de 2017);

Parte curricular do Mestrado em Ciências Jurídico-Filosóficas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010).

II — Formação profissional

Formação diversa nas áreas da gestão de fundos comunitários, do direito da contratação pública, da legística, do direito administrativo e do contencioso administrativo.



III — Experiência profissional

Desde julho 2018: Jurista na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, do Tribunal Constitucional;

2016-2018: Jurista na Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e do Ministério do Mar (GPP);

2012-2016: Jurista na Assessoria Jurídica da Direção de Serviços de Gestão dos Fundos Comunitários da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna;

1999-2012: Técnico de Justiça auxiliar no Ministério Público da Maia, Ministério da Justiça.

IV — Publicações

Reforma do Sistema Parlamentar em Portugal — Análises e Instrumentos para um Diálogo Urgente (em coautoria), 2019.

312940985